

Devastação na reserva dos índios

Fotos: Clemente do Nascimento

¹⁹⁰
Chapeco — Os índios do Toldo Chimbangue que reivindicam 2.000 hectares de terras de Sede Trentin, município de Chapeco, denunciaram ontem ao IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) a devastação das últimas reservas de matas nativas da área em disputa.

A denúncia foi feita pelo cacique Clemente Fortes do Nascimento (Xeyuya) e pelos índios Angelim Gandão e Gomerindo Fernandes. Os Caingangues pediram ao IBDF medidas enérgicas para impedir o desmatamento, pois duas ou três cargas diárias de toras são extraídas de uma área próxima ao Lajeado Sitio Velho, de propriedade dos irmãos Pedro e Alceu Marcon.

Na região de Sede Trentin/Toldo Chimbangue, os índios estão ocupando 122 hectares de terra, ficando a comunidade branca com o restante dos 2.000 hectares, segundo acordo provisório selado entre brancos, índios, Funai e órgãos do Governo. A madeira não está sendo extraída da área demilitada aos índios, em caráter provisório.

O cacique e seus índios explicaram ontem que reclamam da retirada da madeira por configurar uma espoliação: toda a área é reivindicada pelos Caingangues e espera uma decisão do grupo interministerial que definirá a situação ocupacional da área conflagrada. "Portanto, a retirada da madeira prejudica os interesses dos índios que, se ficarem com as terras, não terão mais sua riqueza principal que são as matas nativas". Para os

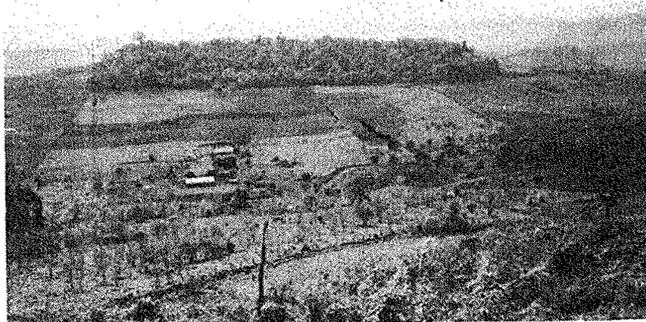
índios, nenhuma árvore pode ser abatida até que seja decidido a quem pertencem as terras e quem as ocupará.

Na denúncia ao IBDF, os índios informaram que um caminhão Ford, placas de Coronel Freitas (DY-0880), transporta duas ou três cargas de madeira, diariamente. São árvores de canela, cabriúva e cedro em toras de 50 centímetros e 5,5 metros, em média de 12 por carga.

ENTENDIMENTOS

O Delegado Regional da Funai (Fundação Nacional do Índio) para Santa Catarina e Paraná, João Darcy Roggero, está em Chapeco mantendo contatos com colonos e índios. Recebeu reclamações dos colonos de que estão sendo conduzidas novas famílias para a área onde estão assentados os índios. Os colonos culpam o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) por transportar ao local novas famílias de índios e ameaçam romper o acordo com a Funai.

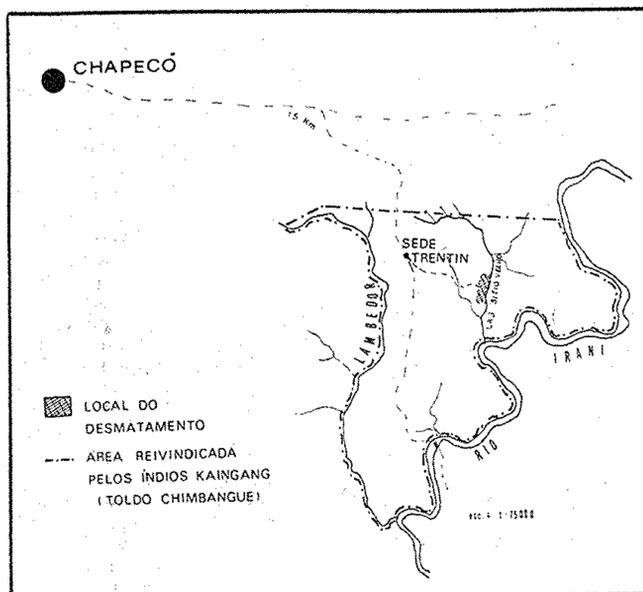
Os colonos não querem mais que os membros do Cimi adentrem à área e pediram a agilização da solução que, em Brasília, está sendo analisada por técnicos dos Ministérios do Interior e dos Assuntos Fundiários. A previsão da Funai é de que, em 30 dias, saia a decisão do grupo interministerial. O Cimi manifestou-se ontem sobre o desejo dos colonos de que seus membros não entrem na área, lembrando que os índios precisam de assistência e que ele, o Conselho Indigenista Missionário, não abre mão de seu dever.



Esta foto mostra um aspecto da reserva, totalmente devastada



Diariamente, caminhões deixam a reserva levando a madeira nativa



Incrá desapropria áreas ociosas no Oeste

Chapeco — Cinco mil hectares de áreas ociosas, no Oeste Catarinense, serão desapropriadas pelo Incra para o assentamento dirigido de 450 famílias de agricultores, em 1985. Além disso, outros oito mil hectares serão regularizados para garantir a tranquilidade em áreas agrícolas conturbadas.

O executor do Projeto Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), agrônomo Norberto Ernesto Kaestner, explicou que os cinco mil hectares de terras subutilizadas foram objeto de investigação e análise do órgão durante este ano. Os proprietários dessas áreas — cuja localização não foi revelada para evitar invasões — serão contatados pelo Incra, que vai gestionar a aquisição, via negociação ou desapropriação compulsória.

Tomando por base um módulo mínimo de dez hectares, será possível instalar, nessas áreas, cerca de 450 famílias através de um processo global, programado e dirigido. A seleção dessa clientela poderá ser feita pelos comitês municipais do Fundo Estadual de Terras, mas o Incra, além de desapropriar a área, instalará a infra-estrutura necessária (estradas, escolas e salão comunitário). Cooperativas de produção agrícola participarão, possivelmente, oferecendo sua estrutura de assistência técnica e comercialização em apoio aos futuros proprietários.

A principal ação do Instituto, em 1985, ficará mesmo na regularização de terras, conforme programação definida. Assim, em Campo Eré será regularizada a situação dominial de três imóveis, num total de 2 mil 34 hectares, beneficiando 197 famílias de agricultores. Em Campo Eré está sendo concluída a demarcação do imóvel Campo Grande, onde 190 famílias passarão à condição de proprietárias. Os outros municípios incluídos no programa são: Xanxerê, onde o imóvel Gamelão, com 900 hectares, receberá titulação para 52 famílias; Chapeco, com o equacionamento da situação fundiária do imóvel Baronesa da Limeira, onde 97 famílias disputam 242 hectares. Nesse microfúndio será aplicada a assistência social do município; São Lourenço do Oeste, imóvel Belvedere com 160 hectares e 60 famílias

e, Abelardo Luz, com dois imóveis — São Gerônimo (3 mil 550 hectares e 69 famílias) e Formigas (2 mil hectares, 60 famílias).

Em seus onze anos de atuação no Oeste Catarinense, o Projeto Fundiário do Incra solucionou conflitos fundiários que envolveram 166 mil 891 hectares, transformando em proprietários 12 mil 275 agricultores, que passaram da condição de posseiros para detentores de títulos definitivos de posse. A desapropriação por interesse social foi o principal instrumento empregado pelo Incra para solucionar conflitos gerados pela situação fundiária. Dezoito imóveis foram objeto da desapropriação por interesse social. Kaestner informa que a discriminação de terras também surtiu efeito em áreas devolutas, carentes de qualquer titulação, em seis glebas localizadas em municípios de Campo Eré, Galvão, Fachineal dos Guedes e Dionísio Cerqueira.

Além das ações principais — desapropriação e discriminação — o Incra também promoveu a arrecadação sumária, em nome da União, de terras devolutas e posterior destinação aos seus respectivos e legítimos ocupantes. O Incra tem agido também como mediador de acordos entre posseiros e proprietários.

Para 1985, o executor do Projeto Fundiário prevê uma agilização nas ações do Incra: o Instituto deixará de exercer as atribuições de fiscalização do cooperativismo, desenvolvimento rural e do cadastramento de imóveis rurais para se dedicar integralmente aos problemas fundiários — resultado de recente lei aprovada no Congresso Nacional, reestruturando o órgão e vinculando-o ao Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários.

A crescente organização em sindicatos e em comissões municipais dos trabalhadores rurais sem-terras é positiva, na visão de Norberto Kaestner, na medida em que chama a atenção da sociedade para um problema de difícil solução. Destacando o diálogo como fator indispensável para a solução dos problemas fundiários, Norberto destacou o esforço do Incra na busca de alternativas. Condenou, contudo, o "posicionamento conturbatório" de invasão de propriedades que apenas tumultuam e não solucionam.